



DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE

Diego Lorente Pérez de Eulate é graduado em direito e advogado do Estado espanhol, especializado em migração e asilo. Desde janeiro de 2013 é Diretor Geral do Centro de Direitos Humanos Fray Matías de Córdoba, em Tapachula (Chiapas, México), na fronteira com a Guatemala. Também fez parte de organizações como SOS Racismo Madrid, Comissão Espanhola de Ajuda aos Refugiados (CEAR), Sin Fronteras IAP no México.

Email: direccion@cdhfraymatias.org

RESUMO

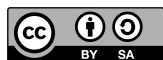
A partir de sua experiência com o tema migratório na Mesoamérica, o autor apresenta uma reflexão sobre a situação do movimento de direitos humanos dos migrantes na região, apontando desafios, críticas e propostas que almejam contribuir para o fortalecimento da luta social necessária para efetivar os direitos das pessoas migrantes e refugiadas.

Original em espanhol. Traduzido por Evandro Lisboa Freire.

Recebido em abril de 2014.

PALAVRAS-CHAVE

Migrações – Movimento de direitos humanos – Mesoamérica – Desafios à prática de direitos humanos – Migrantes – Refugiados – Organizações de migrantes – Redes de migrantes



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <http://conectas.org/pt/acoes/sur>.

ENSAIO

PROBLEMAS E DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES E REDES DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS NA MESOAMÉRICA

Diego Lorente Pérez de Eulate

1 Introdução

Talvez seja muito pretensioso o título deste artigo. Abordar uma realidade organizacional e humana tão ampla como a ação social para as migrações na Mesoamérica possibilita que se incorra em generalizações, ainda mais em um âmbito no qual há grande número de projetos e processos em andamento nas diversas temáticas relacionadas aos direitos humanos das pessoas migrantes, nem todos bem conhecidos ou articulados entre si.

No entanto, creio que minha experiência nos últimos anos no âmbito das organizações e redes que trabalham com a realidade das pessoas migrantes no México e na América Central permite que eu comente algumas situações vividas e certos problemas que observo no funcionamento dessas entidades, resultantes do contexto social e político no qual se desenvolvem suas ações e suas dinâmicas internas. Portanto, este artigo descreve e analisa essas realidades, tanto as externas às organizações como aquelas vividas em seu interior, cuja interação marca a vida e os processos que vão desenvolvendo-se nesse complexo mundo das organizações dedicadas às migrações e aos direitos humanos.

Nesse sentido, considero importante mencionar primeiro minha experiência nesse âmbito, para que seja possível compreender melhor sob qual perspectiva e experiência foram escritas estas linhas e de onde surgem as análises e propostas que apresento. Já são mais de 15 anos dedicados a temas sociais e organizacionais, ao longo dos quais sempre estive debruçado sobre a realidade das migrações e dos direitos humanos. Sinto que as pessoas migrantes e as situações que vivenciam em seu transcorrer migratório constitui uma das realidades sociais em que a discriminação e a exclusão têm maior relevância e onde se produzem graves injustiças. Uma realidade na qual minha formação como advogado pode ser útil, uma vez que é possível se afastar da educação individualista e fechada recebida na faculdade de direito, pois permite promover o senso de justiça no tratamento

das pessoas migrantes em um âmbito no qual a exceção ao Estado de Direito torna-se a regra geral.

Foram 15 anos de trabalho divididos entre o Estado espanhol, em matérias ligadas à discriminação e ao racismo, e uma mudança de residência para a América Latina, em 2008, rumo a lugares como México e Guatemala, onde se vivem situações muito diferentes de discriminação em relação às pessoas migrantes e refugiadas, mas com dinâmicas que podem ser consideradas similares. Essa mudança me proporciona um olhar comparativo interessante para identificar desafios e propostas. São quase 7 anos nesta parte do mundo, onde tem sido muito intenso o contato com as redes de migração que desenvolvem seu trabalho principalmente no centro e no sul do México, na Guatemala, em El Salvador e em Honduras.

Sob um olhar crítico, mas sempre com a intenção de contribuir para o fortalecimento da luta social necessária para efetivar os direitos das pessoas migrantes e refugiadas, pude conhecer diversas organizações que trabalham com essa temática sob diferentes perspectivas, seja proporcionando apoio a pessoas migrantes em trânsito, migrantes assentados/as há anos e invisibilizados/as em seus locais de destino, ou migrantes obrigados/as à força a deixar suas comunidades e os efeitos que isso produz sobre eles/as.

Essa experiência possibilitou que eu observasse como são sempre fatores tanto internos como externos às organizações, estes últimos não vinculados ao seu trabalho, mas ao contexto em que se trabalha, aqueles que interagem e afetam o desenvolvimento de suas ações e seus projetos. Por isso, este artigo descreve a realidade que se vivencia na região considerando ambos os aspectos, sua interação em forma de desafios a enfrentar e, por fim, são apresentadas algumas propostas que seguem a mesma linha de não perder de vista ambos os fatores inter-relacionados entre si.

Desde o início, peço desculpas se alguém considerar que minhas reflexões incorrem em generalizações e imprecisões. É difícil conseguir abranger toda a realidade de projetos e processos existentes, devido à dispersão observada no mundo organizacional pró-migrante, onde há um número extremamente grande de projetos e processos que são conhecidos apenas em âmbitos muito limitados. Tenho enorme respeito e admiração por essas ações e pelas de todas as organizações. Ninguém pode duvidar de seu compromisso e sua dedicação, porém, creio que a autocrítica é, de fato, importante para evoluir em nossa causa.

2 Caracterização atual das organizações de migrações e direitos humanos no México e na América Central

2.1 Fatores externos que afetam o trabalho das organizações

Um fator que influi de modo essencial na vida das organizações dos direitos humanos, seja qual for a temática, é a imensa problemática que tentam enfrentar. É extremamente importante considerar esse elemento em contextos como o mesoamericano, cujos Estados são prejudicados por uma corrupção e impunidade que os afeta de modo estrutural.

Vive-se e trabalha-se em contextos nos quais não deixam de surgir problemáticas complexas e difíceis de abordar, que resultam de configurações estruturais que se desenvolvem de modo particular em cada contexto, ainda que sempre associadas à desigualdade crônica na distribuição da riqueza, à corrupção e à impunidade que imperam na ação das autoridades e à discriminação e ao racismo presentes em amplos setores das sociedades desses países.

Essa situação ocorre principalmente em matéria migratória, devido à forma como se desenvolvem as migrações na região e, devido ao seu caráter transversal em relação a outros problemas sociais que as afetam desde sua origem, na rota migratória, no local de destino ou quando a pessoa migrante retorna à força ou voluntariamente à sua comunidade de origem. Em minha opinião, as migrações forçadas geradas na América Latina constituem um dos exemplos mais claros de como vem se deteriorando a realidade social, econômica e política em nossos países, por causa de um modelo de desenvolvimento classista, antidemocrático, patriarcal e desigual em quase todas as suas expressões.

Enfrentar essa realidade social tão ampla e complexa, na qual tantos elementos e problemáticas vem interagindo, é um trabalho muitas vezes cansativo e desgastante. Não se vislumbra um final para a ação que se executa, pelo contrário, quanto mais ações são desenvolvidas, mais problemáticas devem ser abordadas. A frustração surge, então, como um fator a ser considerado e que explica, com frequência, como certos processos de ação social começam com muita força e acabam deteriorando-se e cansando aqueles que os promoveram. Esse impacto psicoemocional é um dos elementos internos que afetam as organizações, sendo causados também por fatores externos, e ao qual, no entanto, não se tem prestado muita atenção, o que desgasta as equipes de trabalho e as pessoas, em nível individual.

Enquanto as organizações se multiplicam para atender uma problemática social tão intensa, contando com recursos humanos sempre escassos e desgastados, surge como fator um lento, porém contínuo processo de deslegitimação de seu trabalho. Algumas notícias divulgadas nos meios de comunicação de massa criminalizam suas ações; erros, escândalos e casos de corrupção cometidos por alguns membros do movimento social; a tentativa de cooptação do setor social por parte de alguns partidos políticos, como ocorre no México; e a política de algumas instituições públicas no sentido de desprestigiar, recorrendo a diversos meios, aqueles que criticam suas políticas não foram suficientemente contra-atacadas pelas organizações afetadas e isso tem causado uma sensação de desconfiança e generalização na opinião pública em relação às organizações não governamentais. Em especial, sente-se esse preconceito nas pessoas mais jovens, com idades entre 15 e 25 anos, que, com frequência, expressam sentimentos de desprezo e desconfiança em relação ao movimento de direitos humanos e dúvidas acerca de sua finalidade social.

Expressões relativas à falta de transparência em nossas ações, desconfiança em relação aos processos que iniciamos, entre outros estigmas, são recorrentes nessa população, que são quem justamente poderia proporcionar o destaque que o compromisso social demanda. O trabalho e o compromisso exigidos para se

envolver com uma organização de direitos humanos, enfrentando realidades sociais tão complexas, muitas vezes nos isolam da maior parte da sociedade, sem que nosso esforço seja conhecido. Isso implica que, em uma sociedade como a nossa, na qual temos acesso à uma quantidade de informação nunca vista, porém de modo confuso, os preconceitos em relação à cultura organizacional dos direitos humanos vêm aumentando e impedem que se consolide uma base social para apoiar e promover nossas ações. Além de constituir um desprestígio que chega aos ouvidos dos agentes públicos e econômicos que teremos de enfrentar, isso afeta, principalmente, nossa capacidade de influência diante deles.

Um elemento externo que afeta o trabalho das organizações são as políticas e prioridades seguidas pelas entidades doadoras para apoiar nosso trabalho. Políticas que, com frequência, são decididas em espaços muito diferentes dos contextos nos quais as ações serão desenvolvidas, provocando a duplicação das ações e promovendo diferenças já existentes, por exemplo, entre organizações do centro e da periferia/província dos países. Essa situação gera relações de poder extremamente desiguais entre doadores e receptores e entre alguns receptores e os demais, o que influi, às vezes de modo decisivo, nos projetos que serão postos em andamento, apoiando à pessoas e organizações que nem sempre são as mais adequadas para lidar com a problemática social em questão.

Essa realidade gera uma concorrência excessiva para obter os recursos dos doadores, ainda mais nos dias de hoje, nos quais se destina cada vez menos dinheiro à luta social, o que, às vezes, impede uma articulação adequada. Uma realidade que afeta, principalmente, o mundo organizacional das migrações na Mesoamérica, já que as principais problemáticas as que se enfrenta, se desenvolvem em localidades distantes dos centros de poder. Trata-se de uma dispersão fatal para enfrentar contextos tão complexos e que aumenta o desprestígio sofrido pelas organizações sociais diante da sociedade como um todo.

Um último fator externo a considerar com bastante atenção, que vem tornando ainda mais complexa a ação das organizações de direitos humanos e das migrações, refere-se às ações de intimidação exercidas pelo Estado mais repressor e suas diversas manifestações, sejam regulares ou à margem da lei. Essa ameaça aos/às defensores/as de direitos das pessoas migrantes tem aumentado nos últimos anos devido à maior presença do tema nas agendas políticas, o que gerou maior interesse dos grupos de poder pelo tema, e a presença do crime organizado no contexto migratório, ao considerar a extorsão e o abuso de migrantes um negócio lucrativo.

Trata-se de um risco evidente causado, também, pelo envolvimento do crime organizado nas rotas migratórias, em conluio com um Estado corrupto por ação ou omissão, e devido ao fato de que os grupos com origem humanitária têm aumentado sua ação social e seu olhar político, indo além do assistencialismo. Essas circunstâncias levaram a agentes públicos e políticos que só enfocam o tema migratório sob uma perspectiva de controle e da inadequadamente denominada “segurança nacional”, para aumentar seus ataques aos/às defensores/as dos direitos dos migrantes, a fim de manter sua prevalência e *status* em suas zonas de ação, que coincidem com muitos passos da rota migratória em direção ao Norte.

2.2 Fatores internos que desgastam a sociedade civil organizada

Todos esses fatores externos à ação do movimento social estão muito presentes em todos aqueles que se dedicam ao tema migratório na Mesoamérica e têm seu correspondente reflexo e efeito no andamento interno das entidades sociais. Alguns já foram indicados, como o desgaste emocional, que se combina com outros fatores que decorrem de elementos mais internos e inerentes às dinâmicas de todo grupo humano que procura organizar-se, que menciono a seguir.

Em primeiro lugar, a intensidade já mencionada do contexto social e político no qual as migrações na região se desenvolvem não só torna mais complexa a definição de ações a adotar e seu desempenho, mas também faz com que as organizações vivam em uma constante saturação de suas agendas de trabalho. É muito difícil distinguir o urgente do importante, sem que se possa definir prioridades apropriadas no trabalho. Essa realidade coexiste com um movimento social como é o caso do pró-migrante, que se origina, em muitos casos, no assistencialismo baseado na caridade cristã. Isso marca fortemente o tipo de ações e análises realizadas por essas entidades no momento de abordar o contexto, ações que, com frequência, têm um sentido humanitário e de assistência social da emergência, ao invés de enfrentar as causas estruturais que estão por trás dos efeitos que provocam.

Um admirável compromisso de ajudar aqueles que precisam de apoio quando se encontram em trânsito ou em seu destino migratório, mas que não permite avançar em processos mais sustentáveis de defesa dos direitos humanos nem possibilita avançar em direção a um olhar mais político e integral do fenômeno migratório. Uma assistência humanitária que provoca, a longo prazo, uma frustração por não ter fim, o que gera uma mobilidade constante e significativa das pessoas que se dedicam a esse trabalho, exceto para aquelas pessoas associadas aos ministérios religiosos, que se mantêm apegadas à missão religiosa atribuída, mas sem dar muita atenção a sua situação emocional.

Essa falta de evolução e de um trabalho mais estruturado possui exceções importantes em alguns projetos de índole religiosa católica, que provêm de espaços religiosos mais politizados. No entanto, nessa Igreja mais política não se encontra com frequência grupos dedicados à defesa das pessoas migrantes, ao contrário do que pode ocorrer com outros temas dos direitos humanos. Essa diferença, junto com o olhar humanitário caritativo que prevalece em amplos setores pró-migrante, dificulta ainda mais o encurtamento da distância entre a luta pelos direitos das pessoas migrantes e o movimento de direitos humanos como um todo.

Essa circunstância é essencial para compreender a dimensão da resposta social que existe atualmente diante das problemáticas enfrentadas pelas pessoas migrantes e refugiadas. Não podemos esquecer, por exemplo, que as principais violações dos direitos dessas pessoas são cometidas, além disso, em zonas pouco conhecida de países como México, Guatemala, El Salvador e Honduras, por ser, habitualmente, núcleos populacionais de baixa densidade demográfica ou pouco conhecidos e acessíveis. São lugares onde, muitas vezes, o único grupo organizado e de vocação social é a Paróquia ou alguma outra comunidade religiosa.

Encontramos nessas zonas remotas grupos sociais com forte sentido

humanitário, geralmente ligados a alguma igreja, mas com pouca análise política e estratégica. Esses grupos humanitários se complementam com outros grupos que desenvolvem seu trabalho em organizações mais estruturadas, normalmente presentes nas capitais dos países ou em cidades de maior importância. Estas últimas entidades mais estruturadas aproveitam, em certas ocasiões, sua posição de poder, de acesso à informação e de contato com atores fundamentais para obter financiamentos importantes, apesar de trabalhar a distância da problemática migratória mais intensa.

Organizações onde impera mais uma lógica de execução de projetos e não de visão de processos, que costumam contar com pessoas que têm um alto grau de formação, às vezes provenientes da Academia, porém com pouca sensibilidade social e política. Pessoas oriundas de classes médias e altas, que investiram em capacitação para executar projetos e em formação acadêmica, porém que não trabalharam a questão do classismo no qual foram educadas e que, muitas vezes, estabelecem relações de poder desiguais, tanto com organizações localizadas “no terreno” como com as pessoas migrantes cujos direitos defendem.

Essa combinação de recursos humanos sem um olhar político reforçado, seja por sua origem humanitária, seja pela formação recebida, muitas vezes provoca no movimento pró-migrante da região um panorama de ações sem um propósito claro, sem análises políticas estruturais, com excessivo centralismo e sem um olhar estratégico de longo prazo, como creio ser necessário para abordar um tema tão complexo como o migratório. Esses fatores, com frequência, impedem que as ações que se executam possam incluir enfoques tão importantes como a perspectiva de gênero e o pleno respeito à diversidade étnico-cultural existente na Mesoamérica que, por sua vez, resulta em estratégias e ações que julgo incompletas e contraproducentes para o propósito de justiça que se almeja alcançar.

A pouca abertura para a crítica e autocritica daqueles que trabalham sob essa perspectiva e, em geral, daqueles que se dedicam aos temas sociais, por todo o trabalho e compromisso que investimos em nossas ações, impede, muitas vezes, uma análise fria dessa realidade, tirar lições aprendidas e corrigir os erros, o que acaba desvalorizando-nos diante de quem queremos influenciar, sejam agentes políticos ou a sociedade como um todo.

O acúmulo de elementos emocionais e pessoais presente nas organizações vão desgastando os projetos e processos e, por isso, também as pessoas que os promovem. Principalmente porque o olhar gerencial mostra-se limitado entre aqueles/as que lideram as organizações, mais acostumados/as com a gestão de projetos e a apostar mais em processos do que na gestão de recursos humanos. Isso provoca uma acentuada deterioração dentro das equipes, que quase sempre é enfrentada tarde demais, ou seja, quando as ações já estão em andamento e o trabalho em equipe ou em rede necessário para o sucesso não pôde materializar-se.

Há um desgaste particularmente emocional entre aqueles que, com frequência, deram tudo de si pensando que suas ações teriam um efeito mais significativo, e que os leva a frustração e a abandonar não só o trabalho social que vinha sendo desenvolvido, mas sua intenção de seguir trabalhando coletivamente em processos sociais. Um desgaste motivado pela falta de entendimento entre os grupos humanos que, por sua vez, decorre da diferença de experiência e da forma

de análise adotada para lidar com os problemas sociais. O que se soma ao temor provocado pelas ações intimidatórias exercidas pelo Estado ou pelo crime organizado nas pessoas defensoras.

Esse panorama torna-se mais complexo diante da falta de pessoas ou processos de defesa dos direitos humanos que possam servir como referência para aqueles que estão integrando-se às organizações sociais. Alguns referentes sociais que possam mostrar, por meio de seu desenvolvimento e sua história, uma proposta mais coletiva e integral de luta social. Não podemos ignorar o fato de que estamos em uma época da história na qual muitos referentes políticos que existiam no passado deixaram de existir, desgastaram-se até desaparecer ou tornaram-se anacrônicas. Isso ocorre em países como o México, onde o sistema político do Partido Revolucionário Institucional (PRI) cooptou, por muitos anos, o movimento social ou fez com que desaparecesse quando não seguiu suas diretrizes. O mesmo ocorreu na Guatemala ou em El Salvador, onde o conflito armado eliminou a maioria das pessoas que apresentavam propostas e, ao pôr fim aos acordos de paz, provocou uma desintegração das opções políticas progressivas, além de diversas tensões e desconfianças. Essa ruptura ou ausência de um tecido social mais comprometido gera uma falta de referências confiáveis, nas quais muitas pessoas das organizações possam inspirar-se para saber o caminho a seguir. Isso os leva a fixar sua referência em processos acadêmicos ou organizacionais sem um propósito social, onde abundam interesses pessoais por cima dos coletivos.

Apesar dos obstáculos e fatores indicados, nem tudo é negativo. Como em todo processo social e observando em uma perspectiva mais ampla, as organizações e redes pró-migrante vão, gradualmente, fortalecendo sua proposta política e suas redes sociais, assim como seu vínculo com o movimento de direitos humanos como um todo. Eles reforçam sua análise e, diante do risco, empenham-se em aumentar o custo político para aqueles que desejem atacá-los, ao mesmo tempo que ampliam sua perspectiva estratégica e política para abordar seu contexto de risco. Entretanto, a cada semana encontramos novas ameaças, que sempre fazem cambaleiar processos de defesa muito interessantes na região. A evolução da realidade migratória em localidades remotas, como já indicamos, não ajuda a diminuir esse risco ou a fortalecer o processo de formação política e estratégica no qual se encontra imerso o movimento social pró-migrante, mas vamos avançando devagarzinho.

Por fim, outro fator de extrema importância para explicar o contexto organizacional existente em matéria migratória é, muitas vezes, a ausência das próprias pessoas afetadas não só na liderança das organizações que defendem seus direitos, mas, também, sua total ausência dentro delas. A vulnerabilidade à qual são submetidas as pessoas que migram, seja em trânsito, em seu destino ou em sua origem, ao regressar, muitas vezes impede sua participação nos processos organizacionais. Os processos de organização social na região também ainda não estão bem preparados para incluir entre seus membros aqueles que se encontram longe de sua localidade de origem, e as diferenças culturais organizacionais e idiomáticas não ajudam a melhorar esse panorama.

Essa ausência afeta todos os processos de incidência iniciados, porque não permite que se contemple as sensações e experiências das pessoas mais afetadas

e seu olhar acerca das problemáticas que os afetam. Surge, assim, uma realidade particular em relação ao que ocorre em outros movimentos dos direitos humanos. As pessoas que, por solidariedade ou assistencialismo, defendem os direitos das pessoas migrantes são os protagonistas dos processos, e não as pessoas diretamente afetadas.

Ainda assim, também há avanços nos últimos anos nesse sentido, com o surgimento dos comitês de familiares de migrantes desaparecidos na América Central; o olhar mais integral acerca da realidade política de sua localidade de origem por parte das organizações de latinos/as nos EUA; organizações de pessoas deportadas ou de migrantes com deficiência gerada em sua rota migratória; ou a combatividade de organizações e redes de trabalhadoras do lar na América Latina, muitas delas compostas e lideradas por mulheres migrantes.

É importante seguir reforçando esse sujeito migrante que exige seus direitos, porque a realidade migratória torna-se cada vez mais complexa e gera cenários mais intensos de violações dos direitos humanos, afetando um número cada vez maior de pessoas. Isso é possível porque, apesar de suas dificuldades e vulnerabilidades, esses grupos conseguiram organizar-se e alcançar cada vez mais visibilidade. São processos organizacionais em formação, ainda frágeis em termos de liderança e olhar estratégico, mas que vêm proporcionando maior protagonismo, com seus acertos e erros, àqueles que são mais diretamente afetados/as pela migração forçada.

3 Propostas para abordar problemas e desafios nas organizações

O senso de autocritica e reflexão dos parágrafos anteriores deste artigo não almeja, de modo algum, levar à frustração ou a um sentimento de decepção, pelo contrário, decorre de reflexões que procuram pensar em formas e propostas que possibilitem lidar com maior eficácia com as realidades expostas e buscar ações e estratégias para melhorar o panorama associativo pró-migrante e refugiado/a na Mesoamérica. Por isso, não posso finalizar estas linhas sem converter as críticas anteriores em desafios a enfrentar, além de apresentar algumas propostas que poderiam, a partir de minha experiência, ajudar a fortalecer esse panorama.

Minha principal proposta, a que considero que dever ser sempre o primeiro passo quando se lida com uma realidade tão complexa, é dedicar maior esforço nas organizações e redes para reforçar sua análise político-estratégica da realidade migratória com que se trabalha, criando espaços para questionar com maior vigor as causas estruturais das problemáticas vivenciadas. Seria possível, assim, conseguir conferir uma ideologia às suas ações e propostas, com uma análise mais completa da realidade e mais próxima das causas estruturais que provocam, de fato, o fenômeno migratório.

Esse reforço analítico não costuma trazer mais do que benefícios se lembrarmos o que ocorreu em outros movimentos sociais, pois: fortaleceria as estratégias a desenvolver-se, proporcionando um sentido de mais longo prazo, o que reduz o desgaste e a frustração decorrentes do enfrentamento de realidades sociais e políticas tão complexas; melhoraria a sensação de pertença e de trabalho coletivo necessária para um trabalho em equipe real e complementar; tornaria o movimento pró-migrante mais próximo dos outros setores de defesa dos direitos

humanos, possibilitando que se encontre pontos comuns a partir dos quais trabalhem em conjunto; e reforçaria a segurança e a proteção dos/as defensores/as de direitos humanos e, conferindo-lhes mais ferramentas e redes de proteção contra ataques e ameaças sofridos em sua ação, por parte dos agentes do Estado ou atores à margem da lei.

Tendo em vista minha experiência, considero vantajoso quando se tornam maiores os espaços de análise e quando são adotadas estratégias de longo prazo e mais politizadas na ação social. Para isso, é necessário que as entidades sociais dediquem tempo no contexto intenso em que trabalham, para que tenham esses espaços de análise e formação interna, algo que não costuma ocorrer com frequência. Uma formação que não deve passar, necessariamente, por espaços formais, mas que deveria, em minha opinião, complementar-se com momentos de formação baseados na troca de experiências com organizações com mais prática na defesa de direitos humanos e que tenham membros mais experientes. Seriam construídas, assim, referências mais coletivas e comprometidas, às quais seriam voltadas as ações adotadas pelas organizações.

Se em algum tema mostra-se importante estimular esses intercâmbios, tanto pontuais como de longo prazo, acredito que é no mundo das migrações, por serem similares as dinâmicas discriminatórias vivenciadas pelas pessoas migrantes nas diversas partes da Mesoamérica, da América Latina e, em geral, do mundo inteiro. Além disso, com frequência, o trabalho é focado em apoiar as pessoas durante o trajeto, que um dia podem encontrar-se em uma zona e meses ou semanas mais tarde em outra localidade da região. A troca ajuda, igualmente, a superar visões por vezes muito localizadas do fenômeno migratório e a encontrar novamente pontos comuns de trabalho para reforçar a atuação em rede. Um trabalho articulado que sempre gera maior incidência e impacto diante dos atores políticos que tomam decisões fundamentais para a melhoria ou o agravamento da situação de direitos humanos das pessoas migrantes.

Essa ampliação de visões, redes e perspectivas é vital, segundo minha experiência, não só para aumentar a capacidade de resposta e impacto das ações das organizações sociais, mas, sobretudo, para que o discurso contido nessas ações se reflita nas causas e efeitos das migrações forçadas. Isso traria um olhar mais amplo a esse fenômeno social, em constante aumento por conta dos efeitos do modelo neoliberal, uma visão com enfoque pleno em direitos humanos, tão necessária para que não se incorra em soluções parciais ou incompletas, que não possibilitem a observação do sentido social e político que apresenta o fenômeno migratório.

Além disso, seriam gerados processos mais sustentáveis, nos quais se renovem com maior frequência as lideranças, ao contar com mais recursos humanos que apresentem maior capacidade e propostas políticas mais estáveis. Deve-se ter em mente que abordar processos sociais sob essa perspectiva será algo de compreensão mais complexa para a sociedade e, ainda, pelos próprios doadores. No entanto, se for possível explicar adequadamente a razão das migrações forçadas na região, poderá se conseguir uma base social mais robusta que apoie e compreenda nossas ações e convença os doadores e os agentes políticos acerca da necessidade de uma mudança de mentalidade e, com ela, de um modelo de desenvolvimento.